

Vice da Fiesp: A estabilidade vai fechar empresas

SÃO PAULO — O Vice-Presidente da Fiesp, Nildo Masini, disse ontem que, se a estabilidade for aprovada também no plenário da Constituinte, "haverá demissão em massa, fechamento de empresas e evasão de capitais estrangeiros e nacionais".

Para o Presidente, Mário Amato, os empresários "deverão encontrar meios de contornar a situação". A ordem, na Fiesp, é iniciar a rearticulação de forças, retomar os diálogos e analisar o que significa, exatamente, a emenda que foi aprovada, pois há dúvidas quanto ao seu alcance.

Em telegrama ao Senador Albano Franco, Amato lamentou: "Infelizmente, mais uma vez não conseguimos êxito". E acrescentou: "Perdemos uma batalha e não a guerra".

A primeira declaração de Amato à imprensa, antes do almoço de posse da nova diretoria da Câmara de Comércio Brasil-China, do qual também participaram o Ministro Bresser Pereira e o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, foi: "A Constituinte é soberana".

Ele reafirmou ser contrário à demissão "sem razão plausível", mas observou: "Nem o casamento é indissolúvel, com é que o emprego pode ser?".

Segundo Amato, "existe tempo, ainda, para se demonstrar aos constituintes que todo um projeto de desenvolvimento econômico e progresso social poderá ser destruído pela consagração da ociosidade e da ineficiência".

Já o Tesoureiro da Fiesp, Rui Altenfelder, que assessorava a CNI e a Fiesp em assuntos da Constituinte, acha que ainda é cedo para se ter tanta certeza de que a emenda seja tão danosa. E acrescentou:

— Nosso departamento jurídico estudará a emenda no fim de semana e lançaremos na terça-feira um documento com nossas conclusões.

Masini voltou a insistir nos "erros de articulação".

— A culpa é dos empresários. Dos principais líderes empresariais que não souberam articular suas forças.

Ermírio afirma que agora só falta adotar socialismo

SÃO PAULO — Se os constituintes decidirem manter o texto da estabilidade no emprego aprovado quinta-feira pela Comissão de Sistematização, "podem até aproveitar e mudar o nome do País para República Socialista do Brasil", desabafou ontem o empresário Antônio Ermírio de Moraes, Diretor-Superintendente do Grupo Votorantim, que acrescentou:

— Essa estabilidade inibirá novos investimentos no País e, conseqüentemente, a geração de novos empregos.

Já o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), considerou a aprovação da jornada de trabalho de 44 horas semanais como "um gesto de boa vontade dos empresários brasileiros e um avanço para os trabalhadores". Para Antônio Ermírio, não há mal nenhum em reduzir a jornada, mas insistiu em que a estabilidade, conforme ficou aprovada na Comissão, foi um sério erro e uma irresponsabilidade:

— As pessoas fazem as coisas, mas esquecem de perguntar quem paga a conta. No Brasil, nos últimos anos, tem sido assim de forma sistemática. Há tempo ainda para a Constituinte mudar de postura e consertar esse erro.

Acrescentou que isso trará muito prejuízo e irá gerar uma "debandada do capital estrangeiro e até do nacional":

— Quem vai querer investir? Como ficarão os 1,5 milhão de empregos que deveriam ser gerados anualmente no País? Quem se responsabiliza por isso? Houve irresponsabilidade, pois até ao campo foi estendida a estabilidade. Está se premiando quem não trabalha. É uma pena que isso ocorra no Brasil. Sei de muita gente que está querendo sair daqui, aliás, está pensando seriamente nisso. E preciso que os constituintes mudem sua posição. A socialização dos meios de produção



Ermírio teme uma debandada do capital estrangeiro e até do nacional

vai acabar gerando muita improdutividade e ineficiência. Isso é natural. Só os irresponsáveis não percebem — denunciou Ermírio.

Mas, se Albano gostou e Ermírio reagiu com indiferença, a aprovação da jornada de 44 horas não foi do agrado dos líderes dos partidos de esquerda. Favoráveis às 40 horas, eles se sentiram traídos pelos líderes do PMDB. Luís Inácio Lula da Silva, Líder do PT, deu uma interpretação irônica:

— Parece até que é uma compensação pela aprovação da estabilidade.

O Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Menequelli, acha que esta "será mais uma lei morta, porque os trabalhadores conseguirão em pouco tempo reduzir a jornada para 40 horas".

Lula não é tão otimista: — O pior ainda virá, ou seja, a implantação das 44 horas no prazo de

dois anos. Isto vai ficar nas disposições transitórias, como prevê o acordo do PMDB com os empresários. Eu vi o Sant'Anna cobrando isto de um líder do PMDB.

O Senador Albano Franco confirmou o acordo.

Já o Líder do PDT, Brandão Monteiro, afirmou que o PMDB "foi sensível aos apelos do Albano Franco, enterrando aquela que seria a maior conquista dos trabalhadores".

Mas o Deputado José Serra (PMDB-SP), que representou a Liderança do seu partido na defesa da tese das 44 horas, rebateu as acusações, assegurando que "esta é a posição de consenso, é a proposta de equilíbrio, já que havia tanto a defesa das 40 como das 48 horas".

O Relator da Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), também gostou da decisão e está convencido de que a proposta passará também no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Chiarelli critica Sarney por ser injusto com PFL

PORTO ALEGRE — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse ontem que "a lamentação do Presidente José Sarney pela falta de apoio político dos partidos é, em relação ao PFL, um fato que não condiz com a realidade, um lamentável equívoco e uma falha de memória". O Senador entende que a crítica deveria ter sido dirigida ao PMDB e não estendida ao seu partido.

— Todos os projetos do Governo foram aprovados a nível da Câmara e do Senado, e, na tribuna, o PFL sempre lhe garantiu respaldo contra todos os ataques — comentou Chiarelli, destacando que a crítica "fica ainda mais injusta se for tomado em conta que o respaldo ao Plano Cruzado, na sua correção após as eleições, veio apenas do PFL, que nada lucrava com o êxito alheio, nem faltou na hora da dificuldade".

Quanto ao documento-compromisso, Chiarelli afirmou que deveria ser "bem claro, dirigido aos partidos, definindo o que fazer, em quanto tempo fazer e com quem fazer". Pois, na proposta anunciada pelo Presidente, "não ficou claro como transformar em realidade as intenções declaradas de mudanças, a forma, o prazo e os recursos para promovê-las".

Carlos Chiarelli considera que "quaisquer adesões individuais não são lógicas dentro da proposta do PFL de consultar suas bases na Convenção, para definir-se de forma coesa sobre o documento". Defendeu que "se o Presidente levou 15 dias para responder ao estímulo do PFL para o rompimento da Aliança Democrática, o partido tem direito no mínimo ao dobro deste tempo para se posicionar".

No entanto, admitiu existirem dois grupos: "Um insistindo nos apoios individuais antecipados, que enfracam o partido, e outro que pediu a Convenção para garantir a unidade". Os debates começam na quarta-feira, com a reunião da bancada do Senado, seguida pelas reuniões da Câmara, do Conselho Consultivo e, finalmente, da Convenção.

Ala dos 'moderados' questiona posição de Afif na estabilidade

BRASÍLIA — O bloco dos "moderados" na Constituinte está insatisfeito com a atuação do Deputado Afif Domingos (PL-SP), que vem desempenhando o papel de líder informal do grupo, sempre que são votadas matérias de interesse do empresariado. Para o Deputado José Luís Maia (PDS-PI), ele saiu desgastado do episódio da votação da estabilidade, quando deixou de votar a emenda apresentada pelos empresários gaúchos e, depois, por rejeitar, com declaração de voto, a Emenda Max Rosenmann — ambas remetendo o assunto para legislação ordinária.

O Deputado José Luís Maia disse que a declaração feita por Afif Domingos contra a emenda do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), argumentando que seria incoerência de sua parte votar qualquer proposta que não incluísse a indenização proporcional para o trabalhador demitido — deixou mal os demais integrantes do grupo, que votaram a favor da emenda. Maia recordou que, no começo da semana, os "moderados" se reuniram no Hotel Nacional, em Brasília, e acertaram o apoio em bloco à emenda dos empresários gaúchos. Como segunda opção, resolveram que apoiariam a Emenda Max Rosenmann.

No mesmo encontro, o grupo delegou a Afif o papel de coordenador nas votações da Comissão de Sistematização sobre temas econômicos e, especialmente, ligados à área empresarial.

Desde que chegou ao Congresso, o Deputado Afif Domingos vem trabalhando como articulador político de seu grupo e despontando nas negociações. Ele chegou à Comissão de Sistematização depois de uma marcante atuação na Comissão da Ordem Econômica, por decisão de seu partido, que resolveu excluir da relação dos suplentes o Senador Itamar Franco (único suplente do PL), de-



Afif Domingos: liderança contestada

pois da notícia de que o Senador estaria de volta ao PMDB, partido do qual se desligou para concorrer ao Governo de Minas.

No episódio da votação da estabilidade no emprego, Afif entrou em confronto, ainda, com seus aliados Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Senador do PMDB de Sergipe, e Mário Amato, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Afif Domingos responsabilizou Albano e Mário Amato pela aprovação do instituto da estabilidade, conforme estava previsto no substitutivo do Relator Bernardo Cabral, o que, no seu entendimento, contraria os interesses da classe empresarial.

O Deputado José Costa (PMDB-AL), do bloco dos "moderados", também vê a insatisfação do grupo com a atuação de Afif. E comentou:

— É uma pena que ele tenha agido desta forma, que pode comprometer sua liderança. Em política não se admite "escorrego".